

Lei da Igualdade de Género 2020 de Victoria — auditorias laborais obrigatórias e reporte da disparidade salarial em ~300 organismos públicos

Gender Equality · Boa prática · Austrália

Pontuação de qualidade: 74/100

Força da evidência: Forte

Sumário

A lei de Victoria obriga ~300 organismos públicos (mais de 450 000 trabalhadores) a auditar salários, publicar planos de ação e mostrar progressos de dois em dois anos; disparidade média de 15,6% (2021), mediana de 9,1% (2023).

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	1/1
Effectiveness	1/1
Efficiency	0/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	0/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-10-04

[Commission for Gender Equality in the Public Sector \(Victoria\)](#) — acedido a 2026-10-04

[Commission — Victoria leads the way with gender equality audit \(2022\)](#) — acedido a 2026-10-04

[Commission — Key insights from 2023 audits](#) — acedido a 2026-10-04

[Commission — Workplace gender audit evaluation](#) — acedido a 2026-10-04

[Victoria Legal Aid — 2023 audit data](#) — acedido a 2026-10-04

Citar — Evidoria. *Lei da Igualdade de Género 2020 de Victoria — auditorias laborais obrigatórias e reporte da disparidade salarial em ~300 organismos públicos*. ID persistente: 832be8a4-978b-4a20-98c2-a561ef342746.